

“Zueno, Zoany, Zwenir”: a vigilância ao jornalista Zuenir Ventura durante a ditadura militar¹

Felipe QUINTINO²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Durante a ditadura militar, os órgãos de informações monitoraram as ações de diversos segmentos da vida brasileira, como entidades estudantis, imprensa e sindicatos. Um grupo de jornalistas foi um dos atingidos pela rede de espionagem do governo. Este artigo aponta os rastros dessa vigilância em relação ao jornalista Zuenir Ventura, fazendo ligação com outros profissionais da imprensa também monitorados no mesmo período. Preso em 1968 no Rio de Janeiro acusado de “subversão”, ele tem extensa produção de textos publicados em jornais e revistas durante o regime militar, principalmente, ligados à temática da cultura. Esses rastros foram obtidos nos documentos do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). A documentação constrói a figura de Zuenir como parte dos “comunistas infiltrados na imprensa” e ligado ao Partido Comunista Brasileiro.

Palavras-chave: Zuenir Ventura; imprensa; jornalistas; comunismo; ditadura militar.

A propaganda anticomunista e as ações dos serviços de informações atingiram diversos setores da vida nacional durante a ditadura militar. Entidades estudantis, sindicatos, imprensa, igrejas e movimentos sociais foram alguns deles. Criado em junho de 1964 pelo general Golbery do Couto e Silva e com sugestões de consultores norte-americanos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu dossiês sobre milhares de pessoas consideradas potencialmente “subversivas”. Somente extinto em 1990, o SNI, que chegou a ter 2.500 funcionários, contava com uma agência central, em Brasília, agências regionais, secretaria administrativa e uma inspetoria geral de finanças.

Para Alves (2005, p.87), a dinâmica do sistema e a busca de “segurança absoluta efetivamente transformaram o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos, numa situação em que verificava impossível isolar o ‘inimigo interno’, todos eram suspeitos”. Além dos órgãos da administração pública, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica também contavam com seus centros de informação.

No caso brasileiro, segundo Fico (2001, p.105), os órgãos de informações não se limitaram ao recolhimento de dados, mas integraram o sistema repressivo, “fornecendo dados

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), e-mail: felipe.quintino@yahoo.com.br

desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, torturas e assassinatos”. Os documentos abasteciam a própria comunidade de informação, a presidência da República e assessores diretos, constituindo “não em um amontoado caótico de folhas dispersas”, mas configuraram “uma rede intertextual produtora de efeitos eficazes de sentido e de convicção” (Fico, 2001, p.21).

Um grupo de jornalistas foi alvo dessa vigilância, com informes sobre as atividades dos profissionais e questões que, na visão desses órgãos, deveriam ser alertadas aos integrantes do governo. Este artigo aponta os rastros desse monitoramento em relação ao jornalista Zuenir Ventura, fazendo diálogo com outros profissionais de imprensa também vigiados na mesma época. Reconhecido e prestigiado entre seus pares no mundo da imprensa, como revelam os discursos de profissionais da comunicação e livros sobre o jornalismo, Zuenir Ventura tem extensa produção de textos publicados durante o regime militar, principalmente, relacionados ao cenário da cultura brasileira. Em 1968, ele foi preso no Rio de Janeiro acusado de “subversão” e dividiu cela com o psicanalista Hélio Pellegrino.

Para o entendimento desse percurso, consideramos importante a interface entre a comunicação e a história, como forma de lidar com essa ação de Zuenir na dinâmica de um processo social e historicamente compreendido. Nessa relação entre a comunicação e a história, Barbosa e Ribeiro (2011, p.26) afirmam que a história da comunicação deve envolver uma “interpretação que descortine processos comunicacionais produzidos e vividos (e transformados) pelas práticas de múltiplos atores sociais”, além de refigurar “um mundo que existe nos rastros e restos, mas sobretudo como estrutura imaginativa recolocada em cena por aquele que arvora o direito de trazer o passado para o presente”.

A noção de campo desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu tem centralidade neste artigo para o caminho metodológico sobre os aspectos biográficos da trajetória de Zuenir e também nesse embate entre sua atuação e os órgãos de informações. Segundo Bourdieu (1997), o campo é um lugar de lutas e sua estruturação se define pelo estado de relações entre os seus protagonistas e agentes. Assim, como um espaço marcado por hierarquias, interesses e regras, acontece a disputa de poder e de legitimidade, com base na quantidade específica de capitais acumulados e do potencial do reconhecimento de cada um dentro do campo.

Para a percepção de uma trajetória, Bourdieu (2006, p.190) salienta que os acontecimentos biográficos se definem “como colocações e deslocamentos no espaço social”, bem como devem ser compreendidos a partir da construção dos estados sucessivos do campo

em que a trajetória se desenrolou. Nesse sentido, a preocupação envolve dimensionar a trajetória de Zuenir dentro das relações entre os campos (comunicação, cultura e a política), entendendo-a como representativa nesse conjunto de forças que atuaram naquele período, com os devidos vínculos e movimentos percorridos pelo jornalista.

Trajatória e circuitos profissionais

Zuenir Ventura nasceu em Além Paraíba (MG) e foi criado na cidade mineira de Ponte Nova até os 11 anos. Passou parte da adolescência em Friburgo (RJ), onde teve o seu primeiro emprego como aprendiz de pintor de parede. O pai dele, conhecido como Zezé Ventura, era pintor na cidade. Também trabalhou de faxineiro num bar, *office-boy* numa agência bancária, em laboratório de prótese dentário, balconista de uma camisaria e professor primário.

Na juventude, morou no bairro carioca de Vila Isabel, na casa de uma tia. Entrou, em 1954, para o curso de Letras na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lá foi aluno de professores com ampla formação na área de humanidades, entre eles Cleonice Beradinelli, José Carlos Lisboa, Alceu Amoroso Lima, Celso Cunha, Roberto Alvim Corrêa, Thiers Martins Moreira, Maria Arminda Falabella e Bela Josef. O poeta Manuel Bandeira também foi um dos seus professores. Na universidade, atuou como assistente de Língua Portuguesa do professor Celso Cunha no curso de Jornalismo. Posteriormente, o próprio Zuenir tornou-se professor do curso de Jornalismo da UFRJ.

Indicado pelo professor Hércio Martins, Zuenir começa a trabalhar como arquivista no jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda. Com horário de trabalho de seis da tarde à meia noite, a função envolveria o recorte de jornais, a separação de fotografias e o atendimento aos repórteres. Em uma ocasião, ele passava na redação quando Carlos Lacerda perguntou quem poderia escrever um artigo sobre a morte do escritor Albert Camus, autor de *A Peste*, *O estrangeiro*, entre outros. Ele se prontificou a fazer. O texto foi publicado em 5 de janeiro de 1960, com o título “Camus, o humanista”.

A partir desse texto e de sua repercussão entre os colegas, ele passa a atuar na redação, como jornalista efetivamente. Poucos meses depois, Zuenir ganhou uma bolsa do governo francês para estudar no *Centre de Formation de Journalistes*, em Paris, onde morou de outubro de 1960 a novembro de 1961. Ele mandava matérias como correspondente para a *Tribuna da Imprensa*. A passagem de João Goulart por Paris antes de se tornar presidente e o encontro de cúpula que reuniu o presidente John Kennedy e o dirigente soviético Nikita

Kruschev, em Viena, foram alguns dos temas abordados nas reportagens. Sobre esse encontro, mandou para o Brasil a matéria: “Encontro de K & K foi útil, franco, sério e cordial”.

Do começo da sua carreira até a década de 1980, final da ditadura militar, ele trabalhou na *Tribuna da Imprensa*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, revista *O Cruzeiro*, *Fatos e Fotos*, *Visão*, *Veja*, *Istoé* e *Jornal do Brasil*. Nesse período, testemunhou o cenário de efervescência cultural e política, a geração de 1968 no Brasil, o surgimento da tropicália, as produções do cinema novo, o recrudescimento do regime após o Ato Institucional nº5, a atuação da censura, entre outros assuntos.

“Infiltração comunista”

Os rastros e vestígios da vigilância ao jornalista Zuenir Ventura foram obtidos na documentação dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), localizado no bairro de Botafogo. A documentação integra o fundo “Polícias Políticas do Rio de Janeiro”³, que contém correspondência de outros órgãos de informação. Foram levantadas referências ao nome do jornalista em pedido de busca, sindicância, relatório, prontuários, informes, entre outros materiais. Alguns desses documentos mobilizaram jargões e imprecisões sobre o mundo da comunicação.

O nome dele foi grafado de maneiras diferentes. As formas Zoany, Zueno, Zoenir e Zwenir apareceram nos documentos (muitos deles sigilosos), além da grafia correta Zuenir. As primeiras menções ao nome do jornalista fazem parte de uma listagem, de maio de 1964, pouco tempo depois do golpe militar. Trata-se do informe número 1069 (segredo), em que o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI)⁴ diz que “encontram-se infiltrados na imprensa, os seguintes comunistas”: Jânio de Freitas, José Silveira, Leo Schalapman, Ana Arruda, Fernando Pessoa, Ferreira Gullar, José Maria Mayrinck, Zuenir Ventura, Darwin Brandão, José Mauro, Claudio Melo e Souza, Paulo Francis, Mauritonio

³ Os documentos desse fundo integravam o arquivo ativo do Departamento Geral de Investigações Especiais, último órgão de polícia política no Rio de Janeiro. Herdou documentos de todos os órgãos da polícia política no Rio de Janeiro. O fundo reúne cerca de 120 mil prontuários, 3 mil pastas agrupadas em 58 setores, 2 milhões e 500 mil fichas e centenas de códices. Os dossiês, organizados fisicamente em pastas/setores, contêm relatos de investigação, correspondência de outros órgãos de informação, boletins, termos de declaração, fotografias, recortes de jornais e documentos apreendidos.

⁴ O Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) foi oficialmente o primeiro serviço secreto brasileiro, criado em 1946, pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Ficou subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Efetivamente, a organização do SFICI ocorreu em 1956, no governo Juscelino Kubitschek. Esses dados foram obtidos no glossário publicado em *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*.

Meira, Félix Athaide, Otto Maria Carpeaux, Otávio Malta, Edísio Gomes de Mattos e José Pinto Lima. Ficou registrado para o informe ser distribuído ao Dops da Guanabara.

Foi ao próprio Dops, em 15 outubro de 1968, pouco tempo antes de ser preso, que Zuenir compareceu para ser ouvido sobre uma sindicância (de número 56) instaurada em 17 de julho daquele ano. O assunto tinha relação com onze livros de “natureza subversiva” encontrados na bagagem do arquiteto Marcos Flaksman, no momento de seu desembarque no Rio de Janeiro vindo da cidade de Paris. Por determinação de um delegado do Dops, os agentes compareceram ao armazém da Alfândega do Rio de Janeiro para examinar a bagagem dele, composta de três malas.

Segundo o auto de apreensão, foram recolhidos os seguintes livros: *Révolution dans la révolution*, de Régis Debray, *Le socialisme & l’homme*, de Ernesto Che Guevara, *La construction du socialisme em Chine*, de C. Bettelheim, J. Charrière e H. Marchisio, *Citations du présidente Mao Tse-Tung*, da “*éditions du Seuil*”, *Soviet Marxism*, de Herbert Marcuse, *Souvenirs de la guerre révolutionnaire*, de Ernesto Che Guevara, *L’homme unidimensionnel*, de Herbert Marcuse, *Pour Marx*, de Louis Althusser, e *Marx 1968*. Um boletim em espanhol editado em Cuba e um volume da Biblioteca de Cultura Histórica também estavam no rol de materiais apreendidos. Os policiais afirmaram que, “na sua quase totalidade, trata-se de obras já traduzidas para o português ou divulgadas pela imprensa diária ou periódica” e que, em uma das malas, havia várias “coleções de slides, aparentemente relativas a obras de arte”. Informado sobre isso, um major da administração do porto teria ficado com a incumbência de deliberar sobre o destino dos slides, até mesmo fazendo a projeção deles.

Em depoimento que prestou sobre esse caso, Marcos Flaksman afirmou que nove livros pertenciam a Zuenir, embora estivessem em sua bagagem. Os seus eram *Révolution dans la révolution* e *Citations du présidente Mao Tse-Tung*, comprados em Paris, onde ele estava com bolsa de estudos recebida por meio do acordo cultural Brasil-França. Em sua declaração, com a presença de comissário e escrivão, Zuenir disse que solicitou a Marcos, em Paris, que trouxesse para o Brasil alguns livros e roupas porque tinha lugar em sua bagagem e informou que encontrava-se na Europa a serviço da revista *Visão*, razão pela qual necessitaria daqueles livros que ele iria trazer. O escrivão registrou ainda o fato de Zuenir ter dito que, somente no seu retorno ao Brasil, tomou conhecimento de que as obras já tinham sido traduzidas. O despacho sobre esse episódio opinou pelo arquivamento, pois não houve “tipicidade entre tais fatos e a Lei de Segurança Nacional”.

Em junho de 1970, ocorreu nova mobilização para apurar informações repassadas por um telefonema anônimo. De acordo com o telefonema recebido pela seção de Ordem Política,

o capitão Carlos Lamarca, um dos líderes da oposição armada à ditadura, foi visto no jornal *Correio da Manhã*, entre 11:30 e 12 horas, “com os cabelos pintados de loiro e nariz modificado por operação plástica, conversando com os seguintes indivíduos: Zoany Ventura, Marcelo Alencar, Washington Novaes, Tereza Porciuncula e Reinaldo Jardim”. O agente registra que o “informante telefônico demonstrando nervosismo incontrolado, gaguejando inclusive, temendo por certo, por sua integridade física e moral, negou-se categoricamente, a revelar seu nome, apesar de nossa insistência, desligando o aparelho em seguida”. Na resposta ao pedido de apuração, três meses depois, um agente auxiliar da Polícia Federal afirmou que “não foi confirmada a denúncia anônima”.

Outra solicitação de “veracidade dos fatos” envolveu o nome de Zuenir junto com o também jornalista Tarso de Castro. Segundo documento confidencial, os dois “teriam lançado o jornal *Já*”, em maio de 1971. Além disso, “consta mais que um jornal tablóide, inserido no consumo, nos moldes do jornal *Ya*, de Montevideú, que foi fechado em fevereiro deste ano pelo governo uruguaio, sob a alegação de pôr em risco a ordem e da tranqüilidade do país”. A “qualificação e os antecedentes” dos dois jornalistas foram pedidos.

Em documento do Dops, agentes disseram que Tarso de Castro atuou, na década de 1960, como secretário do *Panfleto – “Jornal do Homem da Rua”*, “o qual está relacionado entre jornais, revistas, etc., que fizeram propaganda subversiva e que podem ser enquadrados nas organizações auxiliares Cripto ou Para Comunistas”, além de o órgão ter sido “porta-voz” do político Leonel Brizola. Também registram que, em novembro de 1970, quando ele era diretor do jornal *O Pasquim*⁵, foi “recolhido” ao Dops e depois transferido para o Q.G. do Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Sobre o jornal *Já*, que motivou o pedido de investigação, apontaram que Tarso de Castro era diretor presidente desse periódico que editava “reportagens, comentários, debates e entrevistas sobre fatos diversos”. Comentaram ainda que o jornalista trabalhou em *O Jornal e Última Hora*, “sempre assinando artigos considerados de teor subversivo”.

Dessa vez em documento confidencial do Exército, de junho de 1970, houve outra ligação de Zuenir com o comunismo. Com assunto “Comunistas trabalhando em conjunto no *Correio da Manhã*”, a descrição era de que funcionava uma “verdadeira célula vermelha” dentro do *Correio da Manhã*, a “qual estaria prestando, por outro lado, apoio financeiro de

⁵ Em novembro de 1970, parte da equipe da redação do jornal *O Pasquim* (Zirardo, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel e Paulo Garcez) foi presa no Rio de Janeiro. Sérgio Cabral e Jaguar, que foram à polícia com alguma esperança de resolver o assunto, também acabaram presos. O jornal fez referência à prisão como o “surto de gripe que numa verdadeira reação em cadeia assolou a equipe do jornal”. Nesse período, acontece “o rush da solidariedade. Todos os amigos, jornalistas e escritores, passaram a mandar colaborações e o jornal sobreviveu” (Braga, 1991, p.37).

forma sutilíssima às hostes subversivas, face aos altos salários recebidos pelos componentes abaixo assinalados, todos eles apresentando antecedentes comuno-subversivas”. Além de Zuenir, “ligado estreitamente a figuras de proa do Partidão”, foram citados Marcelo Alencar, Jânio de Freitas, Reynaldo Jardim e Hilcar Leite. Os salários desses jornalistas estariam na ordem de cinco a dez mil cruzeiros, “quantias essas que seriam percentualmente destinadas à campanha de auxílio às finanças do partido”.

Em maio de 1971, uma listagem do Dops trouxe os nomes de jornalistas com “antecedentes comunistas” registrados no órgão, “sem entrarmos nos pormenores de tais antecedentes já que se trata de nomes conhecidos e com vastíssimos ‘dossiers’ em todas as agências especializadas”. A relação faz a separação por veículo de imprensa. Ao lado de Zuenir no *Correio da Manhã* apareceram os jornalistas Washington Novaes, Galeno de Freitas, Sérgio Lemos, Jânio de Freitas, Oscar Araripe, Sérgio Cabral, Ana Maria Mandim, Paulo Francis e Carlos Alberto Wanderley. Os outros jornais e respectivos profissionais mencionados foram: *O Jornal* (Ana Arruda e Maurício Lacerda), *Diário de Notícias* (Plínio de Abreu Ramos), *Jornal do Brasil* (Antonio Callado, José Carlos Avellar, Grizolli, José Carlos Oliveira, Miriam Alencar, Reynaldo Jardim, Derly Barreto, Carlos Lemos, Helena Bocayuva e José Wolf), *O Globo* (Carlos Joaquim Tavares, José Gorayeb, Agnaldo Silva, George Cabral, e Carlos Tavares), *Última Hora* (Paulo da Silveira, João Etchverry, Ignácio Alencar, José Carlos e Amado Ribeiro), *Folha de S. Paulo* (Tereza Cesário Alvim) e *Tribuna da Imprensa* (Pedro Muniz e Carlos Alberto de Oliveira).

“Panorama da Imprensa Brasileira”

Entre os documentos coletados para a escrita deste artigo, um chama atenção, não só por envolver a temática da comunicação, mas por ter sido escrito por um jornalista (sem identificação): relatório chamado “Panorama da Imprensa Brasileira”. Com origem no Centro de Informação do Exército (CIE) e “preparado por um jornalista, por solicitação de um órgão de segurança”, o relatório teve a difusão para outros órgãos da rede de informação e segurança, como Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Polícia Federal e Dops da Guanabara.

Em dez páginas, o jornalista busca apontar a “infiltração comunista” e o domínio da “máquina esquerdista” nos veículos de comunicação do país. A manifestação desse jornalista

não identificado reforça a tese de que jornalistas também atuaram como “colaboradores”⁶ do regime militar. Ao mencionar os nomes e as atividades de 21 jornalistas, ele forneceu aos órgãos de segurança dados que poderiam colocar em risco a vida desses profissionais naquele período.

Com a intenção de fazer esse panorama da imprensa, ele dividiu em dez temas: “a infiltração esquerda na imprensa; o papel dos diretores e proprietários de veículos de comunicação social; a máquina do PC a serviço da infiltração; os comandos internos, o sistema de solidariedade entre os esquerdistas da imprensa; como dar conteúdo ideológico às matérias; picaretagem somada ao esquerdismo, financiamento de jornais por elementos cassados; o partido comunista como agência de empregos nos jornais e controle de informação, a censura do PC; outros itens”.

Antes de entrar nos detalhes desses temas, o jornalista registrou uma “visão geral” que começa com estas palavras:

O Partido Comunista do Brasil e outros setores das esquerdas sempre influíram na imprensa, diretamente ou através da infiltração comandada, sem que os diretores responsáveis pelos órgãos percebessem que estavam minados pelos esquerdistas e ingenuamente faziam o seu jogo. Órgãos respeitáveis, classificados como conservadores, estão totalmente infiltrados pelas esquerdas, que assumiram papel relevante na área da comunicação social a partir da Revolução de 1964, quando as lideranças esquerdistas foram banidas do cenário político nacional e o sindicato de trabalhadores – que serviam aos interesses de Goulart e dos comunistas – passaram ao rígido controle do governo, através do Ministério do Trabalho. Perdendo o notável instrumento político de agitação social, que representava os sindicatos de trabalhadores, federações e confederações, a máquina do Partido Comunista e as esquerdas a ela aliadas voltaram suas atenções para uma área mais interessante e possivelmente mais importante em termos de formação e informação política – a área da comunicação social. Como influir nessa área? Perdendo as condições de organismo de agitação de massas, o Partido Comunista transformou-se, ao longo dos últimos anos, numa poderosa máquina agenciadora de empregos nos jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão. Um exame mais atento das matérias publicadas nos jornais e revistas, ou inseridas nos jornais faladas e telejornais, concluirá fatalmente pela infiltração inteligente dos comunistas e esquerdistas, que desta forma procuram influir na opinião pública, ora de maneira direta, ora de forma subliminar, através das entrelinhas das matérias, dos títulos das reportagens nacionais e internacionais; das colunas de assuntos especializados ou de assuntos gerais.

⁶ Em *Cães de guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, a historiadora Beatriz Kushnir revela que o governo militar contou com a complacência de parte da imprensa e de jornalistas que atuaram como “colaboradores”. Essa análise foi feita tendo como base a ação do jornal *Folha da Tarde*. Criado em 1949 com o slogan “o vespertino das multidões” e tido como “o de maior tiragem” devido ao grande número de policiais (“tiras”) que compunham a redação no pós AI-5, o jornal *Folha da Tarde* “foi, para muitos, uma porta-voz, o diário oficial da Oban ao reproduzir informes do governo como se fossem reportagens feitas pelo próprio jornal” (Kushnir, 2004, p.340).

Entre os veículos de comunicação que estariam com “infiltração dos comunistas e esquerdistas”, foram citados *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, revista *O Cruzeiro*, *O Estado de S. Paulo* (“nem *O Estado de S. Paulo* escapou”, segundo declarou jornalista), empresas Bloch e TV Globo. A seção de buscas especiais ratificou os dados do relatório “Panorama da Imprensa Brasileira”.

Quem recebeu maior destaque neste documento foi o jornalista Gustavo Silveira, que, segundo a descrição, era chefe da assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda (MF) e colocava pessoas nas “posições-chave dos jornais, rádios, revistas e televisões”. O texto segue dizendo que “ele dispõe de duas máquinas – a do MF e a da esquerda, para evitar que um jornalista independente, anticomunista, seja aproveitado em posições de destaque nos jornais ou em assessorias de imprensa e relações públicas do governo e de empresas privadas”.

Ao lado de Gustavo Silveira, o relatório destaca Zuenir Ventura nessa “proteção” aos jornalistas:

A máquina e o PC têm um censor, uma espécie de coordenador geral para a imprensa. Trata-se do jornalista Zuenir Ventura, que militou em vários jornais e atualmente trabalha na revista *Visão*. Ele é juntamente com Gustavo Silveira o responsável pela agência de empregos para jornalistas integrantes do esquema. Zuenir censura, ainda, livros, textos especiais do PC, etc. Sua mulher, Mary Acker, também trabalha na máquina. Foi agitadora estudantil da UNE e presa, com o marido, por ocasião do AI-5.

Sobre essas afirmações, Zuenir as considerou “pérola do absurdo da época”⁷. Zuenir não integrou os quadros (como filiado) do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que recebeu a adesão de jornalistas, intelectuais e professores. No entanto, o contato de Zuenir com militantes do partido e o fato de dividir um conjunto de ideias e valores fizeram com que ele ficasse próximo das concepções comunistas. Essa hipótese pode ser verificada no próprio discurso de Zuenir, em entrevista que concedeu ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 1988, época de lançamento do seu livro *1968 – o ano que não terminou*:

Fechei muito na época com o Partido Comunista. Depois, porque o Partido Comunista era a única organização que tinha, digamos, organização, eles sabiam trabalhar na clandestinidade e foi o partido que botou muita gente para fora em 69 e 70. Então, nesse período trabalhei muito com o Partido Comunista, enfim, muita gente ficou lá em casa, o carro foi usado uma porção de vezes e tal. Em 68, foi como opção, porque o Partido Comunista em 68, ele teve essa visão. Ele teve essa sensatez, pode se usar a palavra

⁷ Avaliação de Zuenir Ventura publicada em seu livro *Minhas histórias dos outros*, de 2005.

hoje, de que tinha uma coisa perigosa ali. Primeiro, havia um golpe. Segundo, que havia já no Congresso de 67, o sexto Congresso, eles tinham... Não é nem premonição, tinha a visão de que aquilo... Agora, também tem o seguinte: só para não parecer que... E algumas pessoas disseram isso: “mas é porque você é ligado ao partido e tal”. No entanto que eu reclamo do partido o seguinte: você não faz política sem hegemonia. Então, o partido falhou naquilo que não podia falhar, ele não tinha a menor audiência, ninguém ouvia, um pouco aquele negócio do velho e do restelo. Olha, isso não vai dar em nada, isso e tal, e os meninos viravam as costas, morriam de rir. Então, o partido estava certo naquele momento, ele que tinha errado tantas vezes, naquele momento estava certo e ninguém acreditava. (VENTURA, 1988, entrevista)

A última referência ao nome de Zuenir, na documentação presente no arquivo, tem ligação com sua participação como um dos entrevistadores do cantor e compositor Chico Buarque, no programa Canal Livre, da rede Bandeirantes, em 1980. Nessa resenha diária, inserida no “campo político”, os agentes informaram que a entrevista foi gravada no dia 29 de outubro à noite e seria apresentada no domingo depois do programa Hebe Camargo. Além de Zuenir, o informe registra que participaram do programa os entrevistadores Roberto D’Avila, Tárík de Souza, Vivi Nabuco, Luiz Carlos Franco, Moreira da Silva, Claudio Azeredo, Maurício Beru e Ana Maria Tornaghi. De acordo com a descrição, “Chico, na entrevista, entre coisas, fala da Bossa Nova, sua importância e significação para a MPB, discute censura e crítica, define seu pensamento sobre posições políticas que lhe são cobradas e fala de sua condição de artista e não líder ou intelectual”.

No mesmo documento, há o registro da participação de bispos em um julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), com a presença do então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Luciano Mendes de Almeida, e a realização da noite de autógrafos de um livro da médica Maria Augusta Tibiriçá Miranda, no Shopping da Gávea. Outro apontamento dos agentes abordou um ato público que docentes das universidades federais, municipais e particulares realizariam no Largo de São Francisco de Paula reivindicando reajuste salarial e estabilidade no emprego.

Considerações finais

A denúncia de “infiltração comunista”, como a do caso da imprensa brasileira que envolveu o nome do jornalista Zuenir Ventura e outros profissionais, tornou-se frequente durante a ditadura militar. Setores da própria administração pública, universidades e sindicatos também foram alvo dessa prática. Segundo Mota (2002, p.255), esse tipo de

denúncia era o “principal mote da propaganda anticomunista”, sendo que o tema esteve presente desde o início do presidente João Goulart, “porém, a partir de meados de 1963, passou a receber ênfase até então desconhecida”.

Apesar das imprecisões e dos jargões utilizados nos documentos, ficou evidente a preocupação com a disseminação do comunismo no meio jornalístico. A trajetória de Zuenir Ventura pode ser contextualizada como parte de um grupo de jornalistas visados pelo regime, configurando indícios de formação de alguns núcleos de resistência dentro das redações de jornais e revistas naquele momento histórico. Além disso, os documentos mostraram a pluralidade de comportamentos: por um lado, o colaboracionismo (como o jornalista que escreveu o relatório denunciando a “infiltração comunista” na imprensa) e, por outro, profissionais da comunicação com perfis de oposição. Esse cenário complexo assume contornos de que, apesar de ter havido, na imprensa, “colaboracionismo com o regime e introjeção de valores através de autocensura, não se pode esquecer que houve também resistências e lutas que se deram tanto no âmbito de algumas empresas, quanto na dimensão da prática profissional” (Ribeiro, 2014, p.173).

Embora tenham expressado, “em bruto, os preconceitos mais recônditos de alguns setores da sociedade brasileira de então” (Fico, 2001, p.166), os papéis que abordaram o entendimento da comunidade de informações sobre as atividades dos meios de comunicação dão pistas para a formação de um quadro revelador de parte da história da imprensa brasileira, dos jornalistas opositores e de suas experiências no período do regime militar.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Comunicação e história: um entre-lugar. In: BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (orgs.). **Comunicação e história – partilhas teóricas**. Florianópolis: Insular, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70**: mais pra epa que pra oba. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

FICO, Carlos. **Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; Sousa, Tereza de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Os anos 1960-70 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Letícia Cantarela (orgs.). **História da comunicação**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

VENTURA, Zuenir. **Minhas histórias dos outros**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

Entrevista

VENTURA, Zuenir. Entrevista concedida ao programa Roda Viva (TV Cultura), 1988.